

O Trabalho e os Direitos do Infantojuvenil na Grande Cruzeiro

Laura Souza Fonseca: Faculdade de Educação – UFRGS

Acadêmicos de Pedagogia: Janaína Barbosa da Silva, Karen Moraes dos Santos, Mateus Ballardin, Marina El Hajjar Meneghel, Vivian Rocha Portela

No artigo expomos, em breve síntese, o Grupo Trabalho e Formação Humana (GTFH), nossos movimentos teórico-metodológicos e a particularidade da extensão que realizamos, desde 1998, em escolas públicas e centros comunitários na Grande Cruzeiro, em Porto Alegre. Nossos aprendizados de extensão compõem o estudo sobre trabalho e direitos do infantojuvenil, por suas concepções e práticas, na geopolítica da Grande Cruzeiro. Mediados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscamos registrar indícios de violações de direitos, por diferentes formas de violência, como as distintas formas de exploração do trabalho em casa e na rua. Articulamos os elementos recolhidos no diálogo extensionista e na pesquisa, para compor o objeto – nessas duas faces da produção acadêmica temos uma mesma temática, o materialismo histórico-dialético como método (MARX, 1982) e um referencial teórico comum que nos permite, a partir de categorias estruturantes e emergências do campo, produzir sínteses e avançar na elaboração do conhecimento sobre o tema. As metodologias de apreensão do campo e/ou de intervenção neste é que se diferenciam, na pesquisa e na extensão.

Depois de um tempo de observação participante e investigação/sistematização da realidade, a extensão funda-se na sistematicidade da intervenção dialógica-dialética, diferenciando-se da pesquisa. Nosso coletivo conta com a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na Licenciatura em Pedagogia, cujo objeto se constitui por recortes/aprofundamentos de temas emergentes de nossas ações extensionistas e/ou das pesquisas como iniciação científica; e, ainda, em dissertações de mestrados que avançam nas descobertas/sínteses feitas na graduação.

Demarcando, a indissociabilidade (ANDES-SN, 2013) na produção do conhecimento, como coletivo, o GTFH apresenta-se, também, na outra face da produção acadêmica, o ensino: temos trabalhado com disciplinas obrigatórias na Pedagogia envolvendo estudos sobre pesquisa e/ou sobre infância, adolescência e vida adulta em espaços escolares e não-escolares; e, também na graduação, oferecemos um seminário para todas as licenciaturas, refletindo sobre a relação trabalho-educação e trabalho docente. Em qualquer dos seminários nossos estudos são trazidos para leitura, exposição de práticas e debates com as turmas. Além disso, na pós-graduação nossos seminários também fazem este duplo movimento: aprofundar aspectos teórico-metodológicos das pesquisas e, inseridos nos estudos da crítica à economia política, avançamos na teorização sobre o trabalho, a educação/formação e os direitos sociais.

Entendemos a Extensão como *prática social*, um modo de conexão orgânica entre a sociedade e a universidade, troca de conhecimentos, relação de mão dupla que se materializa na sistematicidade do *diálogo extensionista*. Por isso, defendemos a extensão como processo, inserido no trabalho docente e na formação discente, devidamente cadastrada no sistema da Universidade com bolsa discente, diferente das ações pontuais como prestação de serviço, pesquisa aplicada e cursos. Na perspectiva processual, vemos fortalecida a necessidade de vínculo com a pesquisa e o ensino. Assim, perscrutando a indissociabilidade, nossas ações de extensão/pesquisa/ensino objetivam analisar/intervir nas múltiplas determinações que constituem o fenômeno social *trabalho e direitos do infantojuvenil* naquela comunidade. Além da devolução formal,



participamos de espaços que nos permitem ir desenvolvendo e questionando, sistematicamente, as concepções e práticas encontradas. Não somente a *Universidade* ir coletar dados, também construir uma contrapartida, para que se efetive de fato uma troca com a *comunidade*. Procuramos com isso produzir um *conhecimento socialmente útil*, referenciado nas mazelas sociais que precarizam a vida da classe trabalhadora, a partir de sua prole.

A articulação da pesquisa e da extensão com o ensino é indispensável; como rotina na orientação, utilizamos os conhecimentos específicos de cada área para montar e avaliar as oficinas, e pensar a pesquisa. Sentido que fortalece a diversidade de cursos no grupo – em 2013, contamos com graduand@s de Educação Física, Geografia e Letras e, neste 2014, acadêmicas de Educação Física, História e Enfermagem – cada uma trazendo um pouco da especificidade de sua área para compor a intervenção/reflexão. A ação extensionista em campo, e a pesquisa, adensam a reflexão coletiva, extensão/pesquisa em torno da questão social estudada – trazem-nos vivências e conhecimentos que superam o aprendido em sala de aula, potencializando o ensino. As ações extensionistas realizam-se por oficinas em três

espaços da Grande Cruzeiro: uma escola municipal, uma escola estadual, um SASE (Serviço de Apoio Socioeducativo) e a Rede de Proteção vinculada à Microrregião 5 do Conselho Tutelar, e a Redinha da Cruzeiro.

Os grupos infantojuvenis são formados por turmas cujas idades variam entre oito a dezoito anos e somam cerca de 100 estudantes. Estas oficinas são mediadas por atividades de escrita, rodas de conversa, leituras, danças, jogos, teatro e outros elementos da cultura corporal, além de vídeo e música. E objetivam possibilitar às crianças e aos adolescentes participantes, e @s acadêmic@s-oficineir@s um diálogo-questionador dos limites e possibilidades dos direitos instituídos. Apresentamos a estas crianças e adolescentes o ECA, pois são sujeitos que possuem direitos, e pela própria realidade complexa e contraditória na qual vivem, têm muitos direitos violados. Parte significativa destas crianças e adolescentes está em situação de trabalho infantojuvenil explorado: sexual e comercialmente, como catadores, no tráfico de drogas, fazendo e vendendo artesanato, sendo os únicos responsáveis pela limpeza da casa onde vivem, etc. Há casos em que esses sujeitos apanham dos familiares, sofreram (ou sofrem constantemente) violência sexual; algumas dessas crianças e adolescentes foram retiradas de suas famílias e moram em abrigos.

Focando o segundo semestre de 2013, sintetizamos dois exemplos de oficinas realizadas nos três espaços, haja vista que, neste texto, não teremos como particularizar cada uma das escolas e o SASE. Planejamos as oficinas de acordo com quatro eixos principais: moradia, transporte, escola e trabalho; que nos permitiram tratar de um tema relevante, ao mesmo tempo em que identificávamos casos de trabalho infantojuvenil e de violação de direitos da criança e do adolescente.

Uma atividade tinha por objetivo debater as Jornadas de Junho de 2013: levamos fotos e vídeos de dois protestos realizados na Grande Cruzeiro no dia 04 de julho de 2013 e escutamos relatos de crianças e adolescentes a respeito das dificuldades do transporte e dos problemas com moradia.

Em outra oficina, com o tema ‘direitos e deveres’, fizemos três cartazes, cada um com um título diferente: “Direitos”; “Deveres”; “Quando meus direitos não são respeitados”. Levamos papéis com situações descritas e os estudantes deveriam escolher em que cartaz colar cada papel. Nessa atividade apreendemos elementos sobre o modo como aquele grupo vê os próprios direitos. O que aconteceu foi confundirem direitos com deveres, e vice-versa. Algo interessante é que caracterizaram “transporte gratuito e de qualidade” como um direito, o que pode ter sido um reflexo da grande repercussão na cidade e no país da luta pelo transporte. Realizamos também oficinas em torno do tema “cidade ideal”, ou seja, qual cidade (ou bairro, ou rua) cada um/a considerava como ideal para se viver, tinha que ter o quê? Por meio de desenhos, apareceram espaços que eles consideram importantes ter próximos de casa e que não existem naquela região, tais como praças e parques. Vários deles desenharam árvores de dinheiro.

Observamos nas oficinas muitas situações de opressões entre os estudantes. Opressões de fundo machista, racista e homofóbico. Discriminação também pela região de moradia, ou o quão “bonita” é sua casa. Então, construímos oficinas problematizando as opressões. Uma delas consistiu em ver com a turma um trecho do programa de televisão Zorra Total, e discutir com eles quais situações enxergavam ali e o que acham a respeito. A imagem retrata a diversidade (sem organicidade) que encontramos na Rede/Redinha, e mais, escolhemos uma situação para exemplificar: cárcere privado, estupro, violência doméstica de um avô que engravidou sua filha e mantém filhos/netos em casa, dois adolescentes nunca frequentaram a escola, nem os serviços de saúde. Esse caso foi denunciado em 2007 ao Conselho Tutelar (CT) e até hoje não houve resolução. Em absoluto minimizamos os problemas que CT e Rede/Redinha possuem para qualificar, do ponto de vista d@s usuáři@s, o atendimento. Porque a mediação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)? O Estatuto é fruto de lutas sociais travadas no país por direitos sociais. Politicamente, vivíamos no país um período de “abertura democrática”, após anos de repressão durante a ditadura civil-militar. O ECA define uma doutrina de

proteção integral à infância e à adolescência, diferente da concepção “menorista” que fortalece a perspectiva de tutela pelo Estado, ao invés da garantia de direitos como sujeito de uma proteção integral.

Além da doutrina de proteção integral percebemos com o ECA outros elementos que antes não estavam presentes tais como: (1) abertura a parceiras público-privadas para a execução das políticas sociais; (2) participação popular na elaboração e fiscalização nos conselhos de direitos nas áreas de assistência, saúde e educação, ainda não identificamos na Rede de Proteção; (3) criação de conselhos tutelares. Nesse momento questionamos sobre o envolvimento de setores empresariais e de matrizes religiosas, como mediadores político-pedagógicas da proteção ao infantojuvenil. Apesar dos avanços conquistados na lei percebemos que o ECA não se efetiva na realidade. Podemos listar diversas dificuldades desde a falta de diálogo entre as esferas da assistência, saúde e educação, passando pelas condições de trabalho d@s trabalhador@s que operam as políticas sociais. Também percebemos o Estado cada vez mais enxuto na garantia de direitos fundamentais à infância e à adolescência, sendo substituído ou “dividindo responsabilidades” por/com instituições privadas ou Organizações Não-Governamentais (ONG’s) e contribuindo para produzir a *dupla violação de direitos*. A *Educação* e a *Escola* fazem parte das políticas sociais básicas e são direitos que devem ser garantidos de maneira qualitativa pelo Estado, assim como saúde, transporte público, saneamento básico, moradia, cultura, lazer e etc; compondo o título de Direitos Fundamentais do ECA. O *Apoio Socioeducativo* e o *Trabalho Educativo* se inscrevem como políticas protetivas, no escopo da *Assistência Social*. Como o Estatuto é o instrumento garantidor destes direitos, nosso objetivo é procurar compreender o que os estudantes com quem nos relacionamos nas oficinas, entendem como seus direitos, se conhecem o ECA e como percebem na realidade os direitos sociais inscritos na lei. E na participação das reuniões de Rede e Redinha, como os casos que identificamos na extensão estão sendo tratados, há ou não há resolução? É possível solucionar os problemas que identificamos? Dessa forma a extensão e a pesquisa devem estar em constante diálogo. ◀